

TRILHAS DE AUDITORIA DO SISADE

PROVIDÊNCIAS QUE, EM GERAL, A UG DEVE TOMAR EM FACE DE CADA TRILHAS DE AUDITORIA

(Referência: Portaria nº 1324-Cmt Ex, 04 Out 17)

a. Processos em apuração há mais de 120 dias:

1) As prorrogações sucessivas do prazo de apuração dos procedimentos, com suas respectivas justificativas, devem ser registradas no campo “Histórico” do SISADE.

2) A orientação acima tem por base:

- quanto à apuração de irregularidades administrativas pelos Comandantes/Diretores das OM, a Portaria nº 1324-Cmt Ex, 04 Out 17, que prevê:

"Art. 3º Na ocorrência de fatos ou da prática de atos de qualquer natureza que contenham indícios de dano ao erário, o Comandante (Cmt), Chefe (Ch) ou Diretor (Dir) da Organização Militar (OM), como autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve, imediatamente, adotar medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano, apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, observados os princípios norteadores dos processos administrativos".

- ressalta-se que, para a elisão do dano, a supracitada portaria aponta os meios para sua execução, conforme consta do Art 20, a seguir transcrito:

"I - independentemente do reconhecimento da dívida, determinará o desconto no contracheque, observado o disposto nestas normas e no RAE e os limites estabelecidos na legislação em vigor; e

II - na impossibilidade de implantação do desconto no contracheque, face ao elevado valor da dívida, à limitação da margem consignável do militar ou outras razões que impossibilitem o referido desconto, deverão ser tomadas as providências para inscrição na Dívida Ativa da União e, observada a legislação correlata, a instauração de TCE, nos termos do parágrafo único do art. 10 e dos art. 32 e 33 destas normas."

- destaca-se que **o prazo inicial para realização da sindicância é de 30 dias e que há necessidade de justificativa fundamentada para as prorrogações sucessivas**, conforme previsto nos Art 10 e 11 da Portaria nº 107-Cmt Ex, de 13 Fev 12.

b. Processos em apuração - Saldo Devedor R\$ 0,00:

1) a UG deverá inserir no campo "Valor Original" um valor **estimativo** do dano que está em apuração (ver exemplos na letra h. abaixo);

2) ressalta-se que este valor **poderá ser alterado em qualquer etapa da apuração**; e

3) impõe-se uma correta e judiciosa estimativa do valor do dano, de modo que **o OD não seja surpreendido**, no momento de exarar a Solução, **de que o processo em questão poderá se converter em uma Tomada de Contas Especial**.

c. Inadimplentes por 3 meses:

1) para estes processos a UG deverá:

a) registrar no SISADE pagamentos que eventualmente foram realizados pelo devedor mas que a UG deixou de registrar no sistema;

b) caso não haja pendências quanto a registros de pagamentos no SISADE:

b1) atualizar o montante do débito seguindo as orientações do **DIEx 40- DE/SAF/5ª ICFEx, de 1 FEV 18;**

b2) encaminhar o procedimento, via 5ª RM, para inscrição na Dívida Ativa da União, nos termos do Art 32 combinado com os §3º e 4º do Art 33 da Portaria em referência (para os casos em que cabe encaminhamento para a DAU e o valor atualizado do dano seja igual ou superior a R\$ 1.000,00);

b3) nos casos em que cabe encaminhamento para inscrição na DAU, mas o valor do débito atualizado for inferior a R\$ 1.000,00:

- alterar o status do processo para “Em acompanhamento do débito/atualização”;

- proceder a atualização mensal do dano até o momento em que o mesmo atinja R\$ 1.000,00;

- após o débito atingir o montante de R\$ 1.000,00, executar as ações da letra b2) acima;

c) nos casos em que cabe encaminhamento do débito para ajuizamento de ação de cobrança (§ 5º do Art 33 da portaria em referência), encaminhar o processo para o órgão competente da Procuradoria-Geral da União (PGU), via OM valor Grande Unidade a que a UG está subordinada, **independente do valor do dano.**

2) registrar no SISADE situações excepcionais que impeçam a UG de providenciar conforme exposto acima;

3) registrar no SISADE as providências adotadas pela UG em cada processo.

d. Processos em pagamento - Saldo Devedor R\$ 0,00:

1) para estes processos a UG deverá **VERIFICAR SE A DÍVIDA FOI ATUALIZADA**, na forma do DIEx 40-DE/SAF/5ª ICFEx, de 1 FEV 18, **ATÉ A DATA DO ÚLTIMO PAGAMENTO REGISTRADO** e se, após estes cálculos, o saldo devedor permanece zerado:

a) SE SIM: publicar em boletim o arquivamento dos autos; após arquivar o procedimento no SISADE;

b) SE NÃO: providenciar a atualização do campo “Soma das Atualizações” no SISADE e promover a cobrança do saldo residual do débito;

2) registrar no SISADE situações excepcionais que impeçam a UG de providenciar conforme exposto acima;

3) registrar no SISADE as providências adotadas pela UG em cada processo.

e. Processos no status “Suspendidos pela Justiça”:

- 1) revisar, mensalmente, as informações do processo, registrando no Histórico do processo as evoluções do mesmo desde o momento da suspensão determinada pela justiça até o trânsito em julgado da ação;
- 2) registrar todas as providências adotadas pela UG em cada processo.

f. Processos Em acompanhamento do débito/atualização:

1) atualizar o montante do débito seguindo as orientações do **DIEx 40-DE/SAF/5ª ICFEx, de 1 FEV 18;**

2) nos casos em que couber encaminhamento para inscrição na DAU e que o valor do débito atualizado atinja R\$ 1.000,00:

a) encaminhar o procedimento, via 5ª RM, para inscrição na Dívida Ativa da União, nos termos do Art 32 combinado com os § 3º e 4º do Art 33 da Portaria em referência;

b) registrar no Histórico os dados do documento de encaminhamento;

c) após o encaminhamento, alterar o status do processo para “Em processo de inscrição na dívida ativa ou submetido a PGU”;

3) nos casos em que couber encaminhamento do débito para **AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE COBRANÇA** (§ 5º do Art 33 da portaria em referência):

a) encaminhar o processo para o órgão competente da Procuradoria-Geral da União (PGU), **INDEPENDENTE DO VALOR DO DANO**, por meio da GU a que está subordinado;

b) registrar no Histórico os dados do documento de encaminhamento;

c) após o encaminhamento, alterar o status do processo para “Em processo de inscrição na dívida ativa ou submetido a PGU”;

4) registrar no SISADE situações excepcionais que impeçam a UG de providenciar conforme exposto acima;

5) registrar no SISADE as providências adotadas pela UG em cada processo.

g. Processos encaminhados para inscrição na Dívida Ativa da União ou submetido à PGU:

1) as informações sobre encaminhamento de processos entre as OM (entre a UG, o Cmdo 5ª RM/Cmdo GU, entre outros) devem ser cadastradas no histórico do processo (escolher a opção "inserir informação no histórico");

2) registrar no Histórico do processo se o mesmo foi encaminhado ao Cmdo 5ª RM para fins de inscrição na Dívida Ativa da União ou para a GU a que está subordinada para fins de ajuizamento de ação de cobrança;

3) caso o(s) montante(s) do(s) débito(s) já tenha(m) sido inscrito(s) na DAU:

a) publicar em BI que o débito foi inscrito na DAU, o respectivo nº do protocolo de inscrição,

e a ordem para arquivar o procedimento no âmbito da UG;

b) registrar no histórico do procedimento o nº do BI da publicação e o nº do protocolo de inscrição (exemplo: transcrito no BI/Adt nº ____ de ____/____/____ (DD/MM/AA) nº de inscrição _____); e

c) arquivar o procedimento no SISADE.

4) caso o(s) montante(s) do(s) débito(s) já tenha(m) sido objeto de ajuizamento de ação de cobrança:

a) publicar em BI que o débito foi objeto de ajuizamento de ação de cobrança com os dados do documento que repassou esta informação à UG (se disponível os dados da ação de cobrança) e ordem para arquivar o procedimento no âmbito da UG;

b) registrar no histórico do procedimento o nº do BI da publicação e os dados do ajuizamento da ação de cobrança (exemplo: transcrito no BI/Adt nº ____ de ____/____/____ (DD/MM/AA) ação de cobrança _____ junto a ____ vara da justiça federal da comarca de _____); e

c) arquivar o procedimento no SISADE.

h. Processos em apuração - Saldo Devedor R\$ 0,01 a R\$ 100,00:

1) a UG deverá **revisar o valor estimativo** inserido no campo "Valor Original" para fins de inserir um valor estimativo mais adequado ao dano que está em apuração; por exemplo:

- recebimento indevido de 10% a mais em adicional de habilitação num período de 7 anos; 10% atualmente equivale a R\$ 500,00; valor **estimativo**: $7 \times 12 \times 500 = \text{R\$ } 42.000,00$;

- extravio de três mochilas de campanha incluídas em carga por 300,00; $3 \times 300 = \text{R\$ } 900,00$;

2) ressalta-se que **ESTE VALOR PROVAVELMENTE SERÁ ALTERADO NO CURSO DA APURAÇÃO**, decorrentes da **realização de cálculos e avaliações mais precisas e de acordo a legislação e particularidades de cada situação**; e

3) impõe-se uma correta e judiciosa estimativa do valor do dano, de modo que **o OD não seja surpreendido**, no momento de exarar a Solução, **de que o processo em questão poderá se converter em uma Tomada de Contas Especial**.

Curitiba, PR, 14 de fevereiro de 2019.

NIVALDO LUIZ VIANA FARIAS - Cel
Chefe da 5ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército